

Sistemas Produtivos e Desenvolvimento Profissional: Desafios e Perspectivas**Aderência dos Cursos Superiores de Tecnologia do Centro Paula Souza às Diretrizes Curriculares Nacionais**

Andreza Santos Feitoza
Programa de Mestrado Profissional (CEETEPS)
drezasan@bol.com.br

Marcelo Duduchi
Programa de Mestrado Profissional (CEETEPS)
mduduchi@gmail.com

Resumo: Treze anos após publicação do Conselho Nacional de Educação, referente às diretrizes curriculares para os Cursos Superiores de Tecnologia uma questão importante diz respeito à observância de tais diretrizes por parte das instituições de ensino. Conceitos até hoje considerados inovadores para os paradigmas educacionais, emergiram como desafios a serem incorporados pelas culturas institucionais. Buscando discorrer no âmbito de uma instituição pública, que oferece ensino tecnológico no estado de São Paulo, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, o presente artigo busca resgatar tais diretrizes, traçando um paralelo com as bases sob as quais os currículos são desenvolvidos no âmbito da instituição, objeto de estudo deste trabalho.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Cursos Superiores de Tecnologia. Diretrizes Curriculares Nacionais.

Abstract: Thirteen years after the publication of the “Conselho Nacional de Educação”, about the curriculum guidelines for Higher Education Technological Courses an important question regarding the compliance with these guidelines by the educational institutions arose. Concepts that are considered innovative for the educational paradigms emerged as challenges to be incorporated by the institutional cultures. Aiming to discuss this issue within the scope of a public institution, which offers technological education in the State of São Paulo, the “Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza”, the present study has the objective of rescuing these guidelines, drawing parallels with the bases where the curricula are developed in the scope of the institution, object of this work.

Keywords: Professional and Technological Education. Higher Education Technological Courses. National Curriculum Guidelines.

1 Introdução

Os cursos superiores de tecnologia existem desde a década de sessenta e sua regulamentação foi sendo construída ao longo de um período em que esta modalidade de educação foi constituída e incorporada ao cenário nacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacionais (Lei 9.394/1996) instituiu-os como cursos de educação profissional tecnológica de graduação, preconizando que sua organização, no que concerne aos objetivos, características e duração, seria

definida segundo diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação. As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia foram instituídas pela resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002 com fundamento no Parecer CNE/CES 436/2001 e no Parecer CNE/CP 29/2002. Além desses, o Parecer CNE/CES nº 277/2006 propõe a reorganização da educação profissional e tecnológica, segundo uma nova metodologia que reúne os cursos em grandes eixos temáticos; o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), que compreende documento guia, foi lançado em 2006 pelo Ministério da Educação e Cultura, com informações sobre perfil e competências do tecnólogo; estes, constituem a legislação vigente sobre esta modalidade de cursos.

Segundo esta legislação, conceitos como currículo por competências, interdisciplinaridade e flexibilidade surgem como premissas a serem incorporadas pelas instituições de ensino, que se veem diante da necessidade de superação de paradigmas já consolidados da educação tradicional.

Apesar das diretrizes curriculares gerais para os cursos superiores de tecnologia e do catálogo nacional de cursos tecnológicos terem sido instituídos há vários anos, alguns conceitos constantes nesses documentos até hoje são considerados inovadores para os paradigmas educacionais. Não estão implementados em grande parte dos currículos das instituições de ensino e emergem como desafios a serem incorporados pelas culturas institucionais.

Considerando a importância de se observar as diretrizes curriculares nos cursos vigentes de uma instituição pública, que oferece ensino tecnológico no estado de São Paulo, o Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”, o presente artigo busca resgatar tais diretrizes, identificando os principais aspectos que caracterizam os cursos superiores de tecnologia presentes na construção curricular de tais cursos, oferecidos nesta instituição e os desafios a serem superados.

2 Referencial Teórico

2.1 Diretrizes Curriculares para os Cursos Superiores de Tecnologia

Segundo MOREIRA e SILVA (2001) o currículo é o conhecimento organizado para ser transmitido nas instituições educacionais e está ligado à ideologia, à cultura e ao poder.

Os currículos podem ser entendidos como a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo. De alguma forma o currículo reflete o conflito entre interesses dentro de uma sociedade e os valores dominantes que regem os processos educativos (SACRÍSTAN, 2008).

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para os Cursos Superiores de Tecnologia norteiam a construção dos currículos dos referidos cursos no país. A partir dessas diretrizes constantes nos pareceres e resoluções que as instituem é possível identificar os principais aspectos que caracterizam esta modalidade de curso, tanto do ponto de vista de sua concepção, organização e funcionamento, quanto de suas propostas pedagógicas.

O Parecer CNE/CP nº 29/2002 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico apresenta, no contexto do desafio, o atendimento dos novos modos de organização da produção e das crescentes inovações tecnológicas e o tecnólogo como carreira, com uma

identidade própria e bem definida em cada área de atuação, sendo cada vez mais requisitado pelo mundo do trabalho, sempre em evolução. Partindo da premissa que a definição curricular é competência do estabelecimento de ensino, de sua equipe técnico-administrativa e docente que deve seguir referenciais claros para criação dos Projetos Pedagógicos, indica que, ao se estruturar um currículo de um determinado curso, é preciso superar a tendência de superposição aos cursos técnicos, superando ainda a tendência de se ter como bússola os cursos de bacharelado, principalmente aqueles em cujas áreas há forte domínio das ciências.

Considera ainda a ligação dos cursos de tecnologia com o meio produtivo e com as necessidades da sociedade, em constantes processos de mudanças, evidenciando-se a perspectiva dos cursos estarem em contínua atualização, renovação e auto reestruturação.

O Parecer do Conselho Nacional de Educação- Parecer CNE/CES nº 436/01, de 02/04/01 elucida que para incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho, é fundamental que os currículos dos Cursos Superiores de Tecnologia considerem, em suas propostas pedagógicas:

- o vínculo com o mundo do trabalho e com a prática social de seus educandos;
- a flexibilização na composição de itinerários de profissionalização, preparando os alunos para o desafio de diferentes condições ocupacionais;
- a utilização de estratégias de ensino planejadas em função dos objetivos de aprendizagem, para que os educandos aprendam a pensar, a aprender e a continuar aprendendo;
- a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria e a prática em todo o processo educativo;
- a transformação dos ambientes escolares caracterizados como auditórios da informação em laboratórios da aprendizagem;
- a interdisciplinaridade no desenvolvimento de competências, tratando as eventuais disciplinas escolares como meros recortes do conhecimento a serviço dos resultados de aprendizagem e do desenvolvimento de competências profissionais autônomas;
- o desenvolvimento da capacidade de analisar, explicar, prever, intervir e fazer sínteses pessoais orientadoras da ação profissional.

Ainda sobre essa temática, a Resolução do Conselho Nacional de Educação- Resolução CNE/CP nº 03/2002 de 18/12/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia, considera que os cursos de educação profissional de nível tecnológico devem:

- incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos e a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;
- desenvolver competências profissionais tecnológicas para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;
- permitir a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;
- promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;

- contextualizar e atualizar permanentemente seus currículos;
- garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular.

Como critérios norteadores para o planejamento e a organização dos cursos, a Resolução CNE/CP nº 03/2002, ainda prevê:

- o atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado de trabalho e da sociedade;
- a conciliação das demandas identificadas com a vocação da instituição de ensino e as sua capacidade de viabilizar os cursos;
- a identificação de perfis profissionais próprios para cada curso, em função das demandas e políticas de promoção do desenvolvimento sustentável do país.

Destaca-se ainda como premissas consideradas nesses documentos, para o planejamento e criação dos currículos, o foco no desenvolvimento de competências, devendo os mesmos ser elaborados a partir das necessidades oriundas do mundo do trabalho, devendo ainda, cada modalidade, referir-se a uma ou mais áreas profissionais.

O Parecer CNE/CP nº 29/2002, destaca o conceito de competência como novo paradigma marcante na educação profissional, ainda que polêmico, como elemento orientador de currículos, encarados como conjuntos integrados e articulados de situações-meio, pedagogicamente concebidos e organizados para promover aprendizagens profissionais significativas. Considera que os currículos não devam necessariamente ser centrados em conteúdos ou traduzidos em grades de disciplinas.

Outro ponto que permeia as diretrizes curriculares é a interdisciplinaridade que deve ser utilizada no combate à fragmentação curricular e no distanciamento entre as matérias curriculares, de forma que o curso seja um todo, na educação profissional.

O maior desafio, segundo estes documentos, é que a oferta dos cursos seja fundamentada no desenvolvimento do conhecimento tecnológico em sintonia com a realidade do mundo do trabalho, com base na oferta de cursos que de fato se articulem com as várias dimensões da educação, do trabalho da ciência e da tecnologia de forma que o profissional oriundo da educação profissional seja polivalente e dinâmico, apto a adequar-se a diferentes contextos profissionais, promovendo o desenvolvimento tecnológico e social.

Nesse contexto, outro desafio que se apresenta é a incorporação de tais conceitos na cultura das instituições de ensino de modo que tais diretrizes curriculares sejam, de fato, preceitos para a construção dos projetos pedagógicos dos cursos.

2.2 Contextualização histórica dos Cursos de Educação Profissional e Tecnológica no CEETEPS

Num momento em que estava em debate a reforma universitária, com vistas a aproximar a realidade social brasileira da realidade das universidades, principalmente no tocante à preparação para uma atividade produtiva e à percepção política nacional quanto à necessidade de se qualificar a mão de obra como meio de alavancar o desenvolvimento econômico do país, o governo do estado de São Paulo criou um grupo de trabalho, por meio da Resolução nº 2001/1968, para analisar a viabilidade de ofertar Cursos Superiores de Tecnologia no Estado. O grupo concluiu que as Faculdades de Tecnologia poderiam oferecer

a mais ampla variedade de cursos, de modo a atender as necessidades do mundo do trabalho e as mais diferentes aptidões e tendências dos estudantes, sem se limitarem aos clássicos e reduzidos campos profissionais predominantes na escola superior brasileira (BRASIL, 2002a).

Ainda como resultado desse grupo de trabalho, em 1969 foi criada a instituição que a partir de 1970 passou a operar com a denominação Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo (CEET), com o objetivo de oferecer educação profissional tecnológica no estado de São Paulo.

Inicialmente, a instituição oferecia três cursos na área de Construção Civil (Movimento de Terra e Pavimentação, Construção de Obras Hidráulicas e Construção de Edifícios) e dois na área de Mecânica (Desenhista Projetista e Oficinas). As duas primeiras Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo foram instaladas em Sorocaba e em São Paulo, respectivamente (CENTRO PAULA SOUZA, 2015).

Nesse sentido, o parecer do extinto Conselho Federal de Educação-CFE nº 1.060/73 deixou registrado que os cursos oferecidos pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo eram “inequivocamente de uma iniciativa que vem dando muitos bons resultados” e em 1974, o Decreto Federal nº 74.708/74 concedeu o reconhecimento dos Cursos Superiores de Tecnologia, ministrados pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Fatec SP) do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS (BRASIL, 2002a).

Passados seis anos da publicação do referido parecer do CFE, que teceu elogios aos cursos oferecidos nas Fatecs, em 1979 alunos das Faculdades de Tecnologia de São Paulo e de Sorocaba iniciaram grande manifestação, reivindicando que os cursos de tecnologia fossem transformados em cursos de engenharia industrial. O motivo da reivindicação era o preconceito como os tecnólogos eram recebidos pelo mercado de trabalho. Os pedidos não foram aceitos e o governo do estado manteve o oferecimento dos cursos nos termos propostos (BRASIL, 2002a).

A situação descrita mostra a dificuldade em alinhar os anseios sociais com a educação profissional e as necessidades do mundo do trabalho. Inicialmente as reivindicações cobravam adequação da oferta de ensino com as necessidades do setor produtivo. Os cursos superiores de tecnologia emergem com essa finalidade, sendo considerados pelos especialistas da área de educação, como a solução para essa dicotomia, qual seja, a distância entre o mundo do trabalho e a educação. Apesar disso, os estudantes de tais cursos colocam em debate o preconceito com que eram recebidos no mundo do trabalho, que por sua vez, tinha dificuldade em adequar essa nova modalidade de profissionais. A decisão do governo de não ceder às reivindicações estudantis de 1979 foi considerada importante para o destino dos referidos cursos no estado.

O CEETEPS, desde sua criação até 2001, ou seja, em 32 anos, manteve dez faculdades de tecnologia vinculadas à rede. A partir de 2002, deu-se início a sua mais significativa expansão. De 2002 até 2005, oito novas Fatecs foram criadas. Nesse sentido, houve um aumento de 92% na quantidade de vagas oferecidas, de 3080 em 2000, para 5920 em 2005. Nos cinco anos seguintes, outras 31 novas Fatecs passaram a funcionar, elevando para 49 o número de Unidades que ao todo ofertavam 19.220 vagas nos mais variados cursos superiores de tecnologia, aumentando em 4.5 vezes o número de matriculados nas Fatecs (CORTELAZZO, 2012).

De 2010 até 2015, outras 16 Faculdades de Tecnologia foram criadas, chegando-se hoje ao número de 65 em todo o estado. Atualmente tem uma rede de 218 escolas técnicas e 64 faculdades de tecnologia. Mantém 212 mil alunos matriculados nas Etecs e mais de 73 mil matriculados nas Fatecs, totalizando mais de 285 mil matrículas em mais de 300 municípios do estado de São Paulo (Centro Paula Souza, 2015).

Nessas quatro décadas, a instituição consolidou sua identidade num modelo de desenvolver cursos destinados à difusão dos processos de inovação tecnológica, condicionada pelas características do ambiente econômico desse período passando pela transição do modelo tecno-econômico fordista para as tecnologias da informação e comunicação, seguida do fenômeno da globalização, onde a economia nacional passou da indústria de transformação para a economia de serviços, já com olhos na construção de uma sociedade do conhecimento (MENINO, PETEROSSO, FERNANDES, 2009).

A instituição oferece hoje 71 diferentes tipos de cursos de graduação tecnológica, em diversas áreas como Construção Civil, Mecânica, Tecnologia da Informação e Turismo, incluindo-se um curso no formato EAD, o de Tecnologia em Gestão Empresarial. Tal dimensão e diversidade faz do CEETEPS um excelente objeto de estudo sobre cursos superiores de tecnologia.

3 Método

O método escolhido para a presente análise foi identificar os aspectos presentes nas diretrizes curriculares que se evidenciam nos currículos e na dinâmica de ação do CEETEPS na construção dos seus cursos tecnológicos, relatando as similaridades e discrepâncias.

4 Resultados, Análises e Discussões

4.1 Descrição da Construção Curricular dos Cursos Superiores de Tecnologia no CEETEPS

Na Unidade do Ensino Superior de Graduação – tratada internamente por CESU¹, os 71 cursos oferecidos na rede são geridos por 6 professores, designados coordenadores de áreas, assim designados por responderem pelos cursos, conforme agrupados às vistas dos respectivos eixos tecnológicos, nos termos do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Cada coordenador é responsável pela gestão de algum ou de alguns cursos, conforme sua formação acadêmica e experiência profissional.

Há publicação do Conselho Deliberativo institucional, o Despacho nº 05/2012, que prevê carga horária referencial de 2400 horas para todos os cursos, além de 240 horas de estágio e 160 horas para trabalho de graduação.

Os cursos mais recentemente formulados, geralmente contém no projeto pedagógico, previsão de Projetos Interdisciplinares e/ou Atividades Acadêmico-Científico-Culturais.

Atualmente no âmbito da CESU a estruturação de cursos, baseia-se principalmente no que orienta o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de

¹ A Unidade do Ensino Superior de Graduação é órgão que compõe a estrutura da Superintendência do CEETEPS e tem como função orientar, coordenar, acompanhar, controlar e avaliar a execução das atividades do ensino superior no âmbito institucional (Decreto nº 58.385 de 13 de setembro de 2012)

Tecnologia (CNCST), que oferece um guia básico no que tange à definição dos respectivos perfis profissionais. Essas informações, inicialmente extraídas do CNCST, somam-se a outras, da Classificação Brasileira de Ocupações-CBO e do próprio mercado, por meio de contatos com profissionais da área, do curso em estudo. No entanto, os perfis profissionais são os principais definidores do objetivo maior de cada curso, dando o foco central na construção curricular, considerando a devida profundidade que o curso deva ter na respectiva área. Vale dizer, que existe a possibilidade de se criar perfis além dos publicados no CNCST, quando se trata de cursos não catalogados (chamados experimentais).

Atualmente, nas tratativas para construção de cursos novos ou na ocasião de reestruturações de curso, define-se o conjunto de competências e habilidades necessárias ao egresso do curso, e então se passa a pensar nos conteúdos que venham a definir as atividades curriculares que comporão o currículo. Nesse contexto, entende-se por atividade curricular toda e qualquer atividade integrante do curso, como disciplinas, projetos e estágios.

É importante registrar que em alguns cursos constam nos respectivos projetos pedagógicos, registro das competências esperadas para aquele tecnólogo, ao passo que nos outros projetos pedagógicos (a maioria) não há registros relacionados às competências profissionais.

Definidos tais itens se inicia o esboço da matriz curricular, basicamente do final para o início, ou seja, as atividades curriculares dos últimos semestres do curso estão mais diretamente relacionadas às competências profissionais esperadas para aquele tecnólogo, e assim, pensa-se nas atividades curriculares que se colocam como pré-requisitos para se desenvolver as atividades do final do curso. Esses são normalmente os componentes básicos, como matemáticas, estatísticas, comunicação, entre outros. Nessa dinâmica de trabalho, cuida-se ainda do encadeamento lógico-pedagógico de conhecimentos e da evolução da aprendizagem dos conteúdos.

Cabe dizer que, conforme convencionado institucionalmente, os cursos têm uma estrutura curricular padronizada em todas as Faculdades de Tecnologia (Fatecs) em que são oferecidos, podendo diferenciar-se em 10% de um para outro, de Fatec para Fatec, ponderando-se as diferentes realidades regionais. Apesar das variações possíveis, todas e quaisquer matrizes curriculares vigentes, devem atender plenamente o perfil profissional daquele tecnólogo, bem como, suas competências, a partir do núcleo comum para todos eles.

Atualmente a elaboração de um curso novo, ou seja, inédito na rede, pode ser solicitadas pelas Unidades de Ensino, Fatecs, via Colegiado da Faculdade ou mesmo por Prefeituras ou outras organizações, como exemplo, pode-se citar o desenvolvimento do curso de Gestão de Negócios e Inovação e do curso de Marketing, criados no âmbito institucional a partir de parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE.

A partir do pedido oficial, encaminhado à CESU, o coordenador de área responsável, busca contato com professores especialistas da respectiva área, na própria instituição e/ou especialistas “ad hoc”, que geralmente são profissionais de mercado atuantes naquele determinado meio, no mundo do trabalho, e então é formada uma equipe de trabalho, constituída por professores especialistas internos, por especialistas “ad hoc” e pelo coordenador responsável na CESU.

Essa equipe de trabalho tem como primeira meta, definir as competências que aquele tecnólogo precisará desenvolver e o perfil profissional a ser alcançado,

passando a tratar dos conteúdos que vão compor o curso, conforme colocado anteriormente.

Ao final dos trabalhos, costuma-se solicitar parecer de especialista externo, representante do mercado de trabalho, acerca do currículo proposto para o curso em questão, sendo realizados ajustes, quando pertinente.

A instituição apresenta rotina pré-estabelecida para as reestruturações/atualizações de cursos já existentes e considera que são os coordenadores de cursos, nas Unidades, os profissionais mais proximamente ligados às necessidades sociais locais e com o mercado de trabalho regional. Dessa forma, geralmente, são eles quem propõem as reestruturações de cursos ao Colegiado da Unidade, que acatando o proposto, encaminha solicitação para análise da CESU.

A partir do momento que a CESU recebe a demanda, o coordenador de área, responsável daquele curso, na Administração Central irá convocar o Núcleo Docente Estruturante - NDE² do curso para iniciar as tratativas acerca do proposto.

Essas tratativas não têm prazo para serem concluídas e ao final, o grupo deve chegar a um consenso para finalizar os trabalhos.

Os projetos pedagógicos dos cursos superiores ofertados no Centro Paula Souza, buscam atender ao disposto na Resolução CNE/CP nº 03/2002 e constituem-se documentos determinadores das ações pedagógicas a serem desenvolvidas nos cursos. Todos os projetos pedagógicos apresentam minimamente as seguintes especificações:

- Dados gerais dos cursos, com especificação da quantidade e a composição da carga horária, incluindo as destinadas a estágio e trabalho de graduação, quando houver, duração da aula, prazo de integralização, regime de matrícula (que no caso dos cursos do CEETEPS, se dá sempre em disciplinas/atividades curriculares), forma de acesso e períodos;

- Justificativa, onde são apresentadas as razões que justificam a implantação daquele determinado curso, na região em questão; aqui são apresentadas informações sobre o contexto social e econômico local, o perfil profissional e demográfico da região e outras informações;

- Objetivos, indicando ao que se destina o curso ao formar profissionais capacitados em áreas específicas, desenvolvendo competências profissionais que atendam as demandas sociais e do mundo do trabalho;

- Perfil Profissional a ser desenvolvido no curso, onde se descreve quem será o profissional que será formado, onde poderá atuar e que tipo de trabalhos poderá desenvolver;

- Organização Curricular, que descreve como o curso foi organizado, apresenta-se uma matriz curricular, em que consta a relação de disciplinas que compõem o curso, bem como a composição das respectivas cargas horárias e sua distribuição ao longo dos semestres letivos;

- Informações relacionadas ao desenvolvimento de estágio supervisionado e trabalho de graduação, quando houver. Nos cursos em que tais atividades estão previstas, minimamente, os projetos pedagógicos apresentam informações como: momento em que poderão ser desenvolvidas e carga horária atribuída.

² O NDE é considerado no âmbito institucional para discutir assuntos relacionados às reestruturações dos cursos e é constituído por todos os coordenadores, daquele curso, de todas as Unidades em que o curso é oferecido, além do respectivo coordenador de área da CESU.

4.2 Análise da Construção Curricular dos Cursos Superiores de Tecnologia no CEETEPS

Em primeiro lugar, verifica-se, no âmbito do ensino superior do CEETEPS, a preocupação em promover cursos de forma aproximada com as expectativas do mercado de trabalho, buscando promover a flexibilidade, a interdisciplinaridade, além de se perceber preocupação com a atualização e renovação constante dos cursos.

Apesar de nos projetos pedagógicos mais recentes haver o registro das competências esperadas para o profissional a ser formado, observa-se que na maioria dos projetos vigentes, os currículos estão focados em disciplinas e em conteúdos apresentados em matrizes curriculares.

Quanto à flexibilidade dos cursos, a instituição coloca a possibilidade de cada Unidade de Ensino diferenciar seus cursos no limite de 10%, mas, salvo poucas exceções, não existe liberdade curricular para o aluno quanto ao itinerário de disciplinas a cursar. Percebe-se aí alguma flexibilidade, mas talvez esta dimensão ainda seja limitada, e deva ser ampliada.

Nos projetos pedagógicos mais recentes se observa a preocupação com a questão da interdisciplinaridade, já que há previsão de projetos interdisciplinares, mas não é uma constante nos projetos mais antigos.

Todo o processo de estruturação curricular parece tramitar avizinhando as descritas diretrizes curriculares, mas isso ocorre quase que intuitivamente, já que até o momento, não se verifica nos profissionais responsáveis pelos currículos, qualificação específica na área ou orientação pautada nas égides das diretrizes curriculares, ficando a cargo dos professores coordenadores envolvidos com curso, cada um com formação específica em determinada área técnica, essa incumbência.

Verifica-se ainda que não há exigência de competências, experiências, conhecimentos prévios das diretrizes ou formação específicas para os profissionais discutirem os currículos. Acredita-se, que as convicções pessoais dos envolvidos prevaleça nas discussões.

5 Considerações Finais

Na instituição objeto do presente estudo, em análise preliminar, verificou-se a partir dos procedimentos adotados para a construção dos projetos pedagógicos dos cursos, no âmbito do ensino superior, a preocupação e a busca em promover cursos que estejam em sintonia com o mundo do trabalho e as atribuições que este tem necessitado considerando as competências profissionais necessárias. No entanto, observa-se que, na maioria dos projetos pedagógicos vigentes, os currículos estão focados em disciplinas e em conteúdos. Tal abordagem pode estar gerando uma fragmentação de conhecimentos, o que pode ter relação com a alta evasão e baixa demanda que muitos cursos apresentam.

A flexibilidade e a interdisciplinaridade são incentivadas, mas ficam muito por conta dos coordenadores de curso que propõe os projetos dos novos cursos. Em seus procedimentos, ficam claros também, que há o incentivo para a contínua atualização e renovação curricular.

Nesse sentido, identifica-se a necessidade de serem estabelecidas de forma clara as diretrizes curriculares sob as quais a instituição irá se pautar para construir seus cursos, no âmbito do ensino superior, com a consequente publicação de documentos norteadores gerais. Identifica-se também, a necessidade de se

capacitar tecnicamente os profissionais envolvidos com o assunto, de forma que, ao final, os cursos atendam de forma plena as respectivas diretrizes curriculares nacionais, que tem por objetivo maior desenvolver o ensino tecnológico e atender as necessidades sociais.

Referências

BRASIL, Parecer CNE/CP nº 29/2002a, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível Tecnológico. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/cp29.pdf> > Acesso em 29 de julho de 2015.

_____, Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002b, que Instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos curso superiores de tecnologia. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>> Acesso em 29 de julho de 2015.

_____, Parecer CNE/CES nº 436/2001, que trata dos Cursos Superiores de Tecnologia- Formação de Tecnólogos. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>> Acesso em 29 de julho de 2015;

CENTRO PAULA SOUZA, site 2015. Disponível em< <http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/quem-somos/perfil-historico>> Acesso em 29 de julho de 2015;

CORTELAZZO, A. L. As Graduações Tecnológicas no Contexto da Expansão do Ensino Superior Brasileiro. Revista Eletrônica de Tecnologia e Cultura- Edição nº 4 – nº 2 – março a maio de 2012;

MENINO, PETEROSSO, FERNANDES, 2009, Quarenta anos de Centro Paula Souza: Revisitando o ambiente técnico e econômico de sua evolução. Disponível em < <http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/pos-graduacao/workshop-de-pos-graduacao-e-pesquisa/anais/2009/trabalhos/gestao-e-desenvolvimento-da-formacao-tecnologica/trabalhos-completos/menino,%20sergio%20eugenio.pdf>; >

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. Tradução de Maria Aparecida Baptista. 5. Ed.- São Paulo, Cortez, 2001.

PETEROSSO, Helena Gemignani. Subsídios ao estudo da Educação Profissional Tecnológica. São Paulo, SP: Graphium Gráfica e Editora, 2014

SACRÍSTAN, J. Gimeno. O Currículo Uma Reflexão sobre a Prática; Porto Alegre, RS: Editora Artmed, 2000, reimpressão 2008, 3 edição;